

BREVE TRAJETÓRIA DO RACISMO BRASILEIRO: A DIALÉTICA DA OPRESSÃO RACIAL

Gustavo Gonçalves Fagundes¹

Resumo:

O trabalho visa expor como o racismo se expressa das mais variadas formas no cotidiano da população negra no Brasil. É ressaltado o papel central do modelo econômico escravagista no desenvolvimento do capitalismo em nível mundial e também no Brasil. Aborda o papel dos intelectuais na elaboração e difusão das teorias racistas nas primeiras décadas do século XX, principalmente a partir do pensamento de Gilberto Freyre e sua teoria do mito da democracia racial. Parte do pressuposto do enraizamento dessa ideologia ao longo do processo de formação social brasileira, além de expor as características da essência e aparência do racismo brasileiro.

Palavras-chave: Racismo; Formação social brasileira; alienação; escravidão

INTRODUÇÃO

As particularidades marcadas em um país que atravessou mais de 300 anos sob um regime escravista, permeado de ideologias a respeito da opressão racial - as quais estão a serviço da superexploração do proletariado negro - e suas mais diversas variantes, expõe uma relação direta entre a formação de uma identidade nacional e a realidade da população negra na atualidade.

Conforme afirma Abdias Nascimento, foi a escravidão que definiu a qualidade, a extensão e a intensidade da relação física dos indivíduos de três continentes (América, Europa e África). Confrontando-se no esforço hercúleo de construir um novo país com suas próprias particularidades. O ponto de partida nos assinala a chamada descoberta do Brasil por Portugal em 1500, seguida da imediata exploração da nova terra com a mão-de-obra do escravo africano. A raça negra que fertilizava o solo brasileiro com suor, lágrimas e sangue. (NASCIMENTO, 2017)

Foram diversas as teorias racistas cunhadas ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira. Esse conjunto de elaborações se desdobrou em diversas

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ramificações científicas, seja no âmbito das ciências sociais ou no campo das ciências biológicas. Nina Rodrigues argumentava que “a constituição orgânica do negro, modelado pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de maiores físicos e culturais diferentes (RODRIGUES, 2010, p.289). Enquanto Sílvio Romero defendia que através da seleção natural características das raças inferiores desapareceriam (CARNEIRO, 1999).

Logo, é feita a abordagem do papel de intelectuais na construção da identidade nacional, principalmente no que tange a questão racial. Pensadores da realidade brasileira que desenvolveram uma série de teorias respeito da construção da sociedade nacional e a partir disso contribuíram na edificação de ideologias que impactaram de forma profunda a consciência do povo negra. Portanto, sujeitos orgânicos na propagação dos princípios e valores da classe dominante.

As inúmeras tentativas da elite brasileira de embranquecimento da população não foram exitosas e a emergência da questão racial exigiu uma maior dedicação na construção de uma ideologia que fosse capaz de apaziguar as tensões raciais, daí surge o mito da democracia racial:

Clóvis Moura afirma:

Na sociedade abrangente (capitalista) a filosofia de uma “democracia racial” (que conserva e preserva valores discriminatórios do dominador no nível de relações interétnicas) se apresentaria como a filosofia vitoriosa e, com isto, teríamos a unidade orgânica da sociedade brasileira e uma nação civilizada, ocidental, cristã, branca e capitalista. No entanto, o que significaria concretamente esta conclusão?

Basicamente, manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminado. Na sociedade de capitalismo dependente, que se estabeleceu no Brasil após a Abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como sendo uma situação não-competitiva. Com isto, o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e, para isto, havia necessidade de se neutralizar todos de resistência - ideológicos, sociais, culturais, políticos, religiosos - dos dominados. Como a grande maioria dos explorados no Brasil é constituída de afro-brasileiros, criou-se, de um lado, a mitologia da “democracia racial. (MOURA, 1988, p.55)

A elaboração dessas teorias teve a participação de intelectuais de grande relevância dentro do pensamento social brasileiro, com destaque para Oliveira Vianna e Gilberto Freyre². Esses autores procuravam não só compreender a

² Nasceu em 1900 no Recife-PE e faleceu em 1987. Tinha descendência de colonizadores, teve contato com diversos idiomas e estudou nos Estados Unidos e Europa. Suas principais obras foram

realidade nacional, mas também transformá-la a partir da construção de uma nação que se aproximaria mais da civilização europeia, em diálogo com os processos eugênicos que dizimaria as ditas raças inferiores.

Nas décadas de 1920 e 1930 houve uma massiva intensificação na discussão acerca da identidade nacional brasileiro. Dentre os intelectuais que se debruçaram nessa tarefa, Freyre e Vianna tinha em comum o fato de compartilharem o mesmo período histórico e também por terem dentre suas produções, algumas das teorias racistas mais difundidas no país. Além disso, essa interpretação era utilizada em nome de uma suposta modernização.

Entretanto, antes de se aprofundar nas bases da teoria do mito da democracia racial, se faz necessária uma breve reflexão sobre o papel que cumpriu o modo de produção escravista brasileiro para o desenvolvimento das atividades econômicas dentro do próprio território e também a acumulação de riquezas das nações europeias. O significado desta análise reside no fato de que é a partir da negação desta história e conseqüente memória que se desdobra os elementos da estrutura do racismo no Brasil.

O REGIME ESCRAVISTA BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Segundo a “Carta de Marx a Pavel Annenkov de 28 de dezembro de 1846” no Arquivo Marxista na Internet, a “escravidão direta é um elemento tão central na industrialização atual quanto as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não haveria indústria moderna”. Além disso, o pensador alemão aborda entre os aspectos fundamentais para a conquista da hegemonia econômica os seguintes elementos:

a descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um mercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista (1984, p. 285)

O caso brasileiro conflui com a análise citada acima, ao ser a concretização de forma mais acabada do modo de produção escravocrata em paralelo a espoliação das riquezas e excedente econômico pelas nações do continente europeu.

O ponto de partida da escravidão no Brasil remete a 1530, quando tem início o sequestro dos primeiros negros africanos e logo em 1535 o comércio de escravos se encontra regularmente constituído e organizado. O veloz crescimento dessa atividade econômica se combina com as plantações de cana-de-açúcar, que se espalharam em primeiro momento pela costa da Bahia e Pernambuco. Já em 1587 existem no litoral baiano cerca de 47 engenhos³, fato que demonstra a natureza expansionista dessa indústria. (NASCIMENTO, 2017)

A economia agrária no Brasil Colônia se baseava pela grande exploração rural, com grande número de pessoas envolvidas no processo de produção e com ênfase na monocultura. Importante ressaltar que nesse ponto reside um aspecto que difere o modo de produção escravagista brasileiro com o que foi implementado nas colônias inglesas. “No Brasil uma força braçal de mais de duzentos escravos numa só fazenda era fato comum, enquanto nos Estados Unidos mais de cem escravos reunidos numa única propriedade era exceção.” (Ibidem, p. 70) Ou “não raro deparamos com proprietários de mais de mil escravos. Assim, mesmo em São Paulo, que é a zona mais pobre do Brasil Colônia, o tipo de exploração agrícola sempre foi o da grande propriedade rural.” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 20) As plantações brasileiras contavam com um número bastante superior de escravos, algo que ocorria devido ao menor preço praticado pelos traficantes de escravos nas colônias portuguesas. Essa situação gerava um maior descarte da mão-de-obra, pois era financeiramente mais barato substituí-los do que criar algum tipo de cuidado com aqueles homens e mulheres.

Nesse primeiro instante e pelos próximos dois séculos a cana-de-açúcar dominou a ação comercial no território brasileiro, o que provocaria uma alta concentração de negros escravizados na costa nordestina. A descoberta de ouro e outros metais na região sudeste do país, mais especificamente no estado de Minas Gerais, provocou uma transformação na atividade econômica da colônia e ocasionaria também um deslocamento do ponto de concentração dos escravos africanos.

³ “Uma canção de trabalho incluída no artigo de Zora Seljan, “A Poesia Negra Popular no Brasil”, nos fornece o sentido do ritmo dos engenhos de açúcar:

Solo: Engenho novo está p’ra moer!

Coro: Trabalhar até morrer!

Ô trabalhar, ô trabalhar, olé! Trabalhar até morrer!” (NASCIMENTO, 2017, p. 58)

Dessa forma, se vê como central o regime escravocrata para o desenvolvimento econômico do Brasil Colônia e da mesma forma para os países europeus que usufruíram por séculos das riquezas produzidas no chamado Novo Mundo. Sem o escravo a estrutura econômica do país não existiria. O negro escravizado foi elemento chave na edificação da sociedade que emergia naqueles séculos. Pois foi o braço do negro que plantou, colheu e alimentou a riqueza material das classes dirigentes brancas, seja nas engenhos de cana-de-açúcar, na mineração ou nas plantações de café.

Posto isso, é evidente que a atividade econômica no Brasil nos tempos de colônia obteve êxito e proporcionou uma política expansionista devido a ação do negro africano escravizado. Indivíduo este que foi utilizado ao longo dos séculos de escravidão como mão-de-obra, ferramenta, moeda e mercadoria, tendo tido sua característica humana usurpada para legitimação dessas práticas.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM GILBERTO FREYRE

No bojo da discussão sobre a centralidade do modo de produção escravista para o desenvolvimento da sociedade brasileira, localiza-se conjuntamente o debate sobre as relações raciais oriundas do Brasil Colônia. A partir da justificativa de uma suposta modernização, diversos intelectuais e intérpretes da realidade nacional (principalmente ao longo das décadas de 1920 e 1930) foram em busca de teorias para explicar a identidade nacional.

As duas décadas citadas acima mostram um período fecundo no que diz respeito às discussões sobre formação da nacionalidade brasileira e a identidade do seu povo. Aliada a ideia de modernizar o país, cada intérprete da realidade nacional buscou criar estratégias para a concretização do desenvolvimento da nação. É neste contexto em Freyre está inserido e acaba por desenvolver sua trajetória.

Octavio Ianni o localiza na linha de pensamento intitulada *a sociedade patriarcal*, no qual para seus adeptos o Brasil é um país voltado para a harmonização das raças e não para a disputas étnicas.

Aí nascem as teses do caráter benigno do regime de trabalho escravo no Brasil e da democracia racial brasileira. Assim, estamos a um passo da tese de que a história do Brasil é uma história de revoluções brancas, uma história de conciliação e reforma. Esse clima intelectual em que se forma e se difunde a tese do luso-tropicalismo, como uma forma civilizatória original, diferente da hispanoamericana, da anglo-americana e outras; original, diferente e implicitamente caracterizada como melhor. Nessa orientação

situam-se Gilberto Freyre, Renê Ribeiro, Thales de Azevedo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta e outros. (IANNI, 2000, p.57)

Para Freyre, a compreensão de nossa realidade social, cultural e política se daria pela ideia do homem cordial, característica herdada do colonizador português. Segundo o autor, a mobilidade lusa e a miscibilidade⁴ foram dois dos motivos que levaram a uma quantidade ínfima de pessoas a obter êxito na desbravação de distintos territórios - América, Ásia e África - no mundo.

“A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos. (FREYRE, 2004, p.70)

Na tentativa de buscar explicar o sucesso da colonização brasileira pela ação destes dois fatores, visto que, os portugueses não possuíam um contingente populacional para um grandioso empreendimento, Freyre acaba por enaltecer a relação de violência sexual do senhor branco contra as negras escravizadas.

Foi misturando gostosamente com mulheres de cor ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora (Ibidem, p.70)

E completa em outro trecho da obra:

O intercurso sexual de brancos dos melhores estoques - inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma, dos elementos mais eugênicos na formação brasileira - com escravas negras e mulatas foi formidável. Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos - mulatinhos criados com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros á sombra dos engenhos de frades; ou então nas rodas e orfanatos (...) O grande problema da colonização portuguesa no Brasil - o de gente - fez que entre nós se atenuassem escrúpulos contra nós se atenuassem escrúpulos contra irregularidades de moral ou de conduta. Talvez em parte nenhum país católico tenha até hoje os filhos ilegítimos, particularmente os de padre, recebido tratamento tão doce; ou crescido em circunstâncias tão favoráveis (Ibidem, p.531)

Para o pensador pernambucano, essa adaptabilidade do português ao ambiente tropical devia em grande a sua experiência precoce na Índia e na África, fato que também explicaria a carência do orgulho de raça que os impeliu a se mesclarem com as demais raças. “Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos

⁴ Expressão utilizada por Freyre em Casa Grande & Senzala e se refere a capacidade, principalmente do português de se mesclar mais facilmente aos negros e índios.

portugueses com os trópicos; demonstrando na Índia e África sua aptidão.” (Ibidem, p. 65) Partindo desse pressuposto, Freyre conclui que essa mescla teria reservado maior importância ao português no que diz respeito a mestiçagem no Brasil.

Na busca por qualidades e características que pudessem amenizar os males dos tempos de colônia e tratar o colonizador como um senhor cordial, foi atribuído ao português a capacidade integradora. Particularidade essa que segundo o autor foi crucial para impedir os separatismos, elemento comum na América espanhola. “Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para seu domínio americano, nem divergências religiosas, como ingleses e franceses para suas colônias.” (Ibidem, p. 90)

Além disso, usava o recurso da religiosidade como eixo estruturante na argumentação a respeito da solidariedade portuguesa.

Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda nossa formação colonial, reunindo-nos contra calvinistas franceses, contra reformados holandeses, contra protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade. (Ibidem, p. 91-92)

O autor utiliza o tema da religião como forma de diminuir a expressão racista da colonização portuguesa e os danos causados pelo regime escravocrata. Pois afirma que o central para o português não era a unidade racial, mas sim a religião professada pela população. “O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege.” (Ibidem, p. 91)

Apesar da pretensa originalidade da obra de Freyre, seus escritos apenas tentam dar um caldo científico a uma ideologia já muito presente nas discussões sobre questão racial no mundo ocidental. Popularizou-se o pensamento de que os séculos de escravidão nas colônias portuguesas não foram de brutalidade, assassinatos, estupros e violações da dignidade humana dos negros sequestrados do continente africano. Muito disso tem a ver com uma análise comparativa feita com o mesmo processo na América espanhola e principalmente nas colônias inglesas.

Abdias do Nascimento afirma que “durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano” (2017, p. 59).

A criação do mito do senhor benevolente tem relação direta com o mito da democracia racial. Pois é através do primeiro que se dissemina pelo senso comum o pensamento da chamada solidariedade portuguesa.

Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas - ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista (NASCIMENTO, 2017, p. 60)

A reprodução da ideia de benevolência se ampara na necessidade de desenvolver uma consciência de culpa no oprimido e de minimizar as acusações contra o opressor. Afinal, um senhor com alto grau de bondade e humanidade não pode sofrer com revoltas e rebeliões dos negros que ele cuidadosamente acolhe. Portanto, esse tipo de ideologia tem um impacto profundo na organização e mobilização da população negra, principalmente no período pós-abolição.

Outro aspecto utilizado como argumento de bondade colonizadora é a sobrevivência da cultura africana aos séculos de escravidão. O mito da democracia racial tem grande parte do seu fundamento argumentativo neste elemento. Pois acaba por postular a existência de uma relação amigável entre senhores e escravos. Comidas, danças, religiões e linguagens de origem africana presentes na atual sociedade brasileira comprovaria a tese de ausência de preconceito racial nas relações do mundo escravocrata.

Este tipo de racionalização constitui um modelo da ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escravagista. A maliciosa artificialidade do argumento, apresentando a estratificação social como oposta a racial, não resiste a mais superficial análise, já que era o fator racial que determinava a posição social. Foram escravizados os africanos (negros), e não os europeus (brancos). Este é o fato histórico que conta. (NASCIMENTO, 2017, p. 66)

Muito da argumentação de utilizada por Freyre para refinar a teoria do mito da democracia racial tem a ver com a compreensão do autor sobre a identidade nacional. Diferente de intelectuais contemporâneos como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, o autor pernambucano não acreditava que a identidade deveria ser construída no futuro, a partir de determinadas transformações na população e sociedade brasileira. Para ele, a nação já havia sido constituída, desde o período colonial. E essa precoce formação ocorria devido ao equilíbrio dos antagonismos, como por exemplo a relação entre o senhor e os escravos.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido na verdade, [...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana, [...] O grande proprietária e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominante sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 2004, p. 116)

Em consonância a essa ideia, Freyre fazia uso da questão da mestiçagem. Para ele essa era a principal responsável pela atenuação de antagonismos e, por conseguinte, pela maior mobilidade reservada aos mestiços nas relações sociais no Brasil. Diferentes de autores adeptos da tese do embranquecimento⁵, para o pensador da democracia racial brasileira a mestiçagem não era um mal necessário, pois sua visão sobre a formação nacional tinha viés determinado mais pela influência cultural sobre os povos do que pelas determinações biológicas. Inclusive, abordou a inferioridade, desânimo e deficiências da população negra no pós-abolição como consequência da má alimentação daqueles sujeitos, explicando que no período que a alimentação era cedida pelo senhores a dieta dos homens e mulheres que viviam nas senzalas era satisfatória⁶.

Além disso, Freyre se choca com os defensores do embranquecimento ao se colocar como um crítico da modernização e europeização da sociedade brasileira. Sua divergência se dava com a excessiva imigração de famílias europeias, principalmente para os estados da região sul e também no estado de São Paulo. Considerava que a política migratória levaria ao fim do status quo vigente e conseqüente decadência da sociedade patriarcal⁷. Portanto, para o autor pernambucano seria necessário conservar as tradições coloniais e combater as iniciativas de modernização conservadora.

OS INTELLECTUAIS E A DIALÉTICA DO RACISMO

Em um cenário de disputa de hegemonia intelectuais tendem a cumprir papel crucial nos desdobramentos da luta de classes, principalmente pela função de organizar as vontades coletivas a partir dos aparelhos privados, estes

⁵ Ver VIANNA, Oliveira. Raça e Assimilação. Rio de Janeiro. José Olympio. 1959; _____ . Evolução do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro. José Olympio. 1956; _____ . Populações Meridionais do Brasil. Edição Eletrônica do Senado Federal. Brasília. 2005.

⁶ “Melhor alimentados eram na sociedade escravocrata [...] os negros da fazenda [...] Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos” (FREYRE, 2004, p. 96)

⁷ Ver BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. UNESP. São Paulo. 2007.

comprometidos pela criação de consensos. A partir do pensamento de Gramsci, intelectuais orgânicos se ocupam da tarefa de estruturar a sociedade e da cultura. O pensador italiano completa,

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que é usualmente entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para conformar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado), e não como um equilíbrio da sociedade política com a civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc), é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (GRAMSCI, 2001, p. 224)

A partir disso, compreende-se o quão profunda foi a elaboração teórica de Gilberto Freyre, principalmente pela forma como foi introjetada pelos ramos e estamentos da sociedade. Se torna essencial na compreensão da disseminação do mito da democracia racial o conceito de Estado Ampliado, formulado por Gramsci. Pois se considera a relação profunda entre a sociedade política (Estado restrito e administração) e a sociedade civil. Sendo assim, o conceito de luta de classes englobaria não só a dicotomia burguesia e classe trabalhadora organizada, mas também uma estreita articulação entre entidades que organizam vontades (coletivas e individuais) e a sociedade civil (FONTES, 2010). Logo, a partir dessa perspectiva, o Estado compreende, além da disputa sobre o consenso, que a partir dos aparelhos privados de hegemonia são construídos discursos e práticas hegemônicas.

Sendo o marxismo um pensamento vivo, em permanente confronto com a realidade e, portanto, a ferramenta capaz de tirar os disfarces e impor a clareza no mundo real, a sua dimensão concreta. Frantz Fanon parte da Teoria da Alienação em Marx para elaborar parte fundamental da sua obra.

Sobre a alienação, Netto afirma:

Ao considerar o homem como ser prático e social e a práxis como a totalidade das objetivações do ser social, constituída e constituinte, Marx funda a alternativa para situar a alienação como fenômeno e problema prático-social. (1981, p. 60)

Além disso, tem um viés central a mudança do pensamento para alavancar as necessárias transformações sociais. Segundo George Novack, “o pensamento humano mudou e evoluiu com a sociedade humana e no mesmo grau que esta. As leis do pensamento não são mais eternas que as leis sociais.” (2006, p. 31) Logo,

compreende-se que “as ideias e o método dialético são ainda mais revolucionários na ciência lógica do que o foram as de Copérnico em astronomia”. (idem, p. 32)

Fanon considerou que o ensaio “Pele Negra, Máscaras Brancas” provavelmente contemplaria sociedades para além dos limites coloniais franceses, fato que se consumou posteriormente, pois o livro tornou-se um clássico do pensamento sobre a diáspora africana, do pensamento psicológico e influenciou pensadores na área do pensamento político e social. E é no conjunto da sua obra que se encontra elementos para compreensão do desenvolvimento do racismo brasileiro com a teoria do mito da democracia racial, idealizada por Freyre.

Na obra citada, o autor contraria o pensamento hegemônico sobre as supostas democracias raciais e aborda a ideologia da suposta igualdade racial e a forma como isso serve de suporte para que o racismo se manifeste de maneira “velada”. Uma espécie de essência e aparência da expressão da opressão racial. Por isso, apesar das diferenças, o racismo nas sociedades latinas é tão perverso quanto no mundo anglófono, pois em todos os casos funcionará como mecanismo de opressão da parcela negra da população.

Posto isso, Fanon observa que por mais que desejasse ou sentisse o oposto (ideal de branqueamento), jamais deixaria de ser visto pelos olhos brancos como o preto:

Subjetivamente, intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Ora, ele é um preto. E só o perceberá quando estiver na Europa; e quando por lá alguém falar de preto, ele saberá que está se referindo tanto a ele quanto ao senegalês. (FANON, 2008, p. 132)

Abdias do Nascimento faz necessária reflexão sobre o tema quando trata do racismo no Brasil:

Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 2017, p. 111)

Para Fanon a colonização não se limita à subordinação material de um povo, pois ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem, estando, portanto, no cerne da linguagem, nos

métodos pelos quais as ciências são construídas, na produção cultural como a literatura, o teatro e o cinema.

A perspectiva de alienação seria a perda objetiva de si, da capacidade de estar pleno de si. Essa tendência de pensamento abre espaço para refletir sobre a complexa situação colonial e que a superação das questões envolvendo o negro colonizado seria possível somente com uma drástica transformação da sociedade. É taxativo na caracterização de como as sociedades modernas são marcadas pela exploração capitalista e daí derive a negação da humanidade de brancos (colonizadores) e negros (colonizados), cada um a sua maneira.

O complexo de inferioridade do colonizado deve-se ao sepultamento de sua originalidade cultural, faz parte do processo de dominação colonial desconsiderar que o negro possui cultura, civilização e um longo passado histórico. É salientado ao longo da obra que a luta do autor não é diretamente contra o homem europeu, nem contra a cultura europeia, mas contra os mecanismos políticos e ideológicos do colonialismo que hierarquizam os seres humanos e as diferentes culturas.

Traz à tona como o complexo de inferioridade introjetada ao longo da vida de um negro ou uma negra pode influenciar na escolha do cônjuge, privilegiando o branco ou a branca como parceiros ideais, tanto pela estética, que em sociedades racistas define-se o padrão de beleza branco como belo por excelência, quanto pela questão material, pois, nestas mesmas sociedades a cor também se torna um marcador da distribuição de privilégios colocando os brancos no topo da pirâmide.

Os estigmas construídos aos grupos que se tornam bode expiatório em sociedades racistas são veiculados em ditados populares correntes no cotidiano, nas escolas, livros didáticos, histórias em quadrinhos, jornais, literatura, cinema, teatro. O racismo e a colonização extirpam do negro qualquer aspecto de valor e originalidade. Reivindicar a razão é defender a humanidade do negro, defender a essência humana que o racismo tenta lhe tirar. Portanto a luta contra o racismo deve ser travada no campo da razão.

Fanon (2008) observa, principalmente em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, que o que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do homem branco. Assim, o negro dito “evoluído”, ou seja, que tendo sido educado dentro da cultura europeia abandona sua cultura tradicional, escravo do mito negro, sente que

não é compreendido por sua raça ao mesmo tempo em que não a compreende. O filósofo revela que o negro antilhano, ao ser educado em língua francesa, assume a cultura europeia e se torna branco, aproximando-se mais do verdadeiro homem. E é através da linguagem que o negro colonizado assumirá a identidade branca. Falando o francês, a língua do colonizador, o antilhano poderá ser branco.

Um arsenal de complexos foi germinado contra o negro na situação colonial dos quais parece que o negro ainda não se libertou. Uma das formas denunciadas por Fanon para inferiorizar o negro é a sua infantilização, o que revela o lugar do negro no colonialismo. É o estereótipo do bom negro colonizado e que fala mal o idioma do colonizador. Assim, o negro acaba se tornando um escravo de seu arquétipo, aprisionado a uma imagem, a uma ideia definida pelo europeu. Esta reificação mistifica o colonizador europeu, o que o transforma em símbolo universal do tipo humano e aprisiona o negro nas referências fetichizadas.

Logo, observa os brutais efeitos impostos na subjetividade do negro:

(...) o negro vive uma ambiguidade extraordinariamente neurótica. Com vinte anos, isto é, no momento em que o inconsciente coletivo é mais ou menos perdido, ou pelo menos difícil de ser mantido no nível consciente, o antilhano percebe que vive no erro. Por quê? Apenas porque, e isso é muito importante, o antilhano se reconheceu como preto, mas, por uma derrapagem ética, percebeu (inconsciente coletivo) que era preto apenas na medida em que era ruim, indolente, malvado, instintivo. Tudo o que se opunha a esse modo de ser preto, era branco. Deve-se ver nisso a origem da negrofobia do antilhano. NO inconsciente coletivo, negro = feio, pecado, trevas, imoral. Dito de outra maneira: preto é aquele que é imoral. Se, na minha vida, me comporto como um homem moral, não sou preto. Daí se origina o hábito de se dizer na Martinica, do branco que não presta, que ele tem uma alma de preto. A cor não é nada, nem mesmo a vejo, só reconheço uma coisa, a pureza da minha consciência e a brancura da minha alma. (FANNON, 2008, p. 162)

O colonizador europeu não se sente inferiorizado, pois a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. É o racista que cria o inferiorizado. (Fanon, 2008). O colonizado, então, começou a se questionar se era ou não um homem, isto porque lhe contestavam a sua humanidade.

Começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, [...]. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. (2008, p. 94)

Assim o negro é colocado diante de um dilema: branquear ou desaparecer. No entanto, enfatiza Fanon, deve-se agir no sentido de uma mudança nas estruturas

sociais, ou seja, o negro deve tomar consciência de uma nova possibilidade de existir. É portanto, imerso na estrutura de estranhamento gerada pela opressão racial e em complexa situação de alienação, neste ponto que o próprio negro chega se desprende quase que por completo de si e admite a superioridade do branco.

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável. (FANON, 2008, p. 125)

É em *Os Condenados da Terra* que Fanon explica que a lógica da superação colonial só seria viável na medida que os colonizados não só abalassem as forças sociais e materiais da colonização, como fossem capazes de fazer emergir um homem novo:

[...] a descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a “coisa” colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta. (FANNON, 2010, p. 53)

Portanto, trata-se de uma série de processos. Pois é necessário desalienar o negro atingido pelo complexo de inferioridade, mas a sua desalienação somente nascerá da recusa em aceitar a atualidade como definitiva. Alienado, o negro se aprisiona numa identidade falsa.

CONCLUSÃO

O exposto acima nos faz refletir sobre a necessidade de um constante debate sobre elaborações de intelectuais brasileiros das décadas de 1920 e 1930 a respeito da identidade nacional com o pensamento de Franz Fanon e a centralidade da escravidão negra na formação social do país. Além disso, a intervenção dos aparelhos privados de hegemonia em favor da opressão racial.

Conclui-se que Gilberto Freyre se destaca como intérprete do Brasil devido a concretude que sua teoria tem no cotidiano. A forma como os meandros do seu pensamento se desdobram no dia-a-dia da população em geral, principalmente da parcela negra. Negacionismo do cruel regime escravocrata, falseação dos aspectos da relação senhor-escravo e posterior individualização das questões referentes ao povo negro.

A construção teórica do chamado mito da democracia racial tem por objetivo negar a existência do racismo na sociedade contemporânea. A ação de Freyre como intelectual orgânico da classe dominante cumpre de forma exitosa a tarefa de ignorar os reais efeitos dos séculos de escravidão para agir de forma subjetiva na consciência do povo.

Portanto, a partir da compreensão das contradições do fenômeno (racismo na atualidade) e a sua construção histórica (escravidão e desenvolvimento capitalista), é que se tornará possível fazer as conexões para destituir a população negra dessa falsa consciência e constituí-los de elementos antirracistas.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. Ática. São Paulo. 1994.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Editora UFJF. Minas Gerais. 2010.
- _____. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Editora UFBA. Bahia. 2008.
- FONTES, V. *Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História*. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro. 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49.ed. Global. São Paulo. 2004.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.
- IANNI, Octavio. *Tendências do pensamento Brasileiro*. Tempo Social. USP. n12. v2. São Paulo. 2000.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. Abril Cultural. São Paulo. 1982.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Ática. São Paulo. 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Perspectiva. São Paulo. 2017.
- NETTO, José P. *Capitalismo e Reificação*. Cortez. São Paulo. 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: e outros estudos*. Companhia das Letras. São Paulo. 2012.

NOVACK, George. *Introdução à Lógica Marxista*. Sundermann. São Paulo. 2006.

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.